



CÓD: OP-047JL-24
7908403557875

JEQUIÉ-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ - BAHIA

Profissional de apoio escolar da Educação Especial

EDITAL Nº 01, DE 27 DE JUNHO DE 2024

Língua Portuguesa

1. Fonologia: conceito, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépica, divisão silábica, prosódia	5
2. Acentuação e ortografia	6
3. Morfologia: estrutura e formação das palavras	7
4. Classes de palavras	8
5. Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações.	8
6. Concordância verbal e nominal	8
7. Regência verbal e nominal	8
8. Crase	8
9. Pontuação	8
10. Semântica: a significação das palavras no texto.	8
11. Interpretação de texto	8

Conhecimentos Didático-Pedagógicos

1. Fundamentos da Educação: conceitos e concepções pedagógicas, seus fins e papel na sociedade ocidental contemporânea.	15
2. Principais aspectos históricos da Educação Brasileira	21
3. Aspectos legais e políticos da organização da educação brasileira: as Diretrizes Curriculares Nacionais e suas implicações na prática pedagógica	21
4. Estatuto da Criança e do Adolescente.	28
5. LDB Lei Federal nº 9394/96 e alterações posteriores	65
6. Parâmetros Curriculares Nacionais	82
7. Educação, trabalho, formação profissional e as transformações da Educação Básica	82
8. Função histórica e social da escola: a escola como campo de relações (espaços de diferenças, contradições e conflitos), para o exercício e a formação da cidadania, difusão e construção do conhecimento	83
9. Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação	85
10. Avaliação como processo contínuo, investigativo e inclusivo	86
11. A didática como fundamento epistemológico do fazer docente	95
12. O currículo e cultura	96
13. Conteúdos curriculares e aprendizagem.	98
14. Projetos de trabalho	102
15. Interdisciplinaridade e contextualização.	107
16. Multiculturalismo	107
17. A escola e o Projeto Político Pedagógico	108
18. O espaço da sala de aula como ambiente interativo	114
19. A atuação do professor mediador; a atuação do aluno como sujeito na construção do conhecimento	115
20. Planejamento	115
21. Gestão educacional	125
22. Gestão da aprendizagem	126
23. O Professor: formação e profissão	126
24. A pesquisa na prática docente.	128
25. A educação em sua dimensão teórico-filosófica: filosofias tradicionais da Educação e teorias educacionais contemporâneas	128

ÍNDICE

26. As concepções de aprendizagem/aluno/ensino/professor nessas abordagens teóricas	129
27. Principais Teorias e práticas na educação.	129
28. As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem; Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e pedagogia	131
29. Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais	137
30. Temas contemporâneos: bullying	153
31. O papel da escola	158
32. A escolha da profissão	158
33. Transtornos alimentares na adolescência.	158
34. Família	159
35. Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade	163
36. Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB)	174
37. Base Nacional Comum Curricular	175
38. Ética Profissional.	215
39. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008	217

Conhecimentos Específicos

Professor do Ensino Fundamental (anos iniciais)

1. A profissão docente com centralidade na educação	221
2. O direito à educação: a legislação educacional brasileira	224
3. Proposta curricular CBC (Conteúdos Básicos Curriculares) – Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar	224
4. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem	225
5. Parâmetros curriculares nacionais Ciências, matemática, Geografia e História - 1 e 2º ciclos ensino fundamental	225
6. conhecimento na escola	229
7. A organização do tempo e do espaço escolar	230
8. projetos de trabalho	236
9. interdisciplinaridade	236
10. O cotidiano escolar: relações de poder na escola	236
11. Acurrículo e cultura	237
12. tendências pedagógicas na prática escolar	237
13. Construção do Projeto Político-Pedagógico	246
14. Os elementos da cultura escolar: saberes escolares	247
15. método didático	251
16. avaliação escolar	253
17. fundamentos sobre relações coletivas para o trabalho docente	263
18. Socialização, interação, cultura, múltiplas linguagens e práticas sociais de educação	264
19. Contribuições da psicologia, da sociologia e da antropologia para a compreensão da infância e das práticas cotidianas	264
20. As concepções de ludicidade: o jogo, brinquedo e brincadeira e suas aplicações no processo de aprendizagem	268
21. Contribuições da brincadeira, das interações e da linguagem no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança	274
22. audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades	282
23. Instrumentos, estratégias metodológicas e indicadores para a ação pedagógica nos diferentes contextos educativos	291
24. a criança na sociedade letrada	294
25. Educação Matemática	295
26. A psicogênese da Língua escrita	295

LÍNGUA PORTUGUESA

FONOLOGIA: CONCEITO, ENCONTROS VOCÁLICOS, DÍGRAFOS, ORTOÉPICA, DIVISÃO SILÁBICA, PROSÓDIA

Muitas pessoas acham que fonética e fonologia são sinônimos. Mas, embora as duas pertençam a uma mesma área de estudo, elas são diferentes.

Fonética

Segundo o dicionário Houaiss, *fonética* “é o estudo dos sons da fala de uma língua”. O que isso significa? A fonética é um ramo da Linguística que se dedica a analisar os sons de modo físico-articulador. Ou seja, ela se preocupa com o movimento dos lábios, a vibração das cordas vocais, a articulação e outros movimentos físicos, mas não tem interesse em saber do conteúdo daquilo que é falado. A fonética utiliza o Alfabeto Fonético Internacional para representar cada som.

Sintetizando: a fonética estuda o movimento físico (da boca, lábios...) que cada som faz, desconsiderando o significado desses sons.

Fonologia

A fonologia também é um ramo de estudo da Linguística, mas ela se preocupa em analisar a organização e a classificação dos sons, separando-os em unidades significativas. É responsabilidade da fonologia, também, cuidar de aspectos relativos à divisão silábica, à acentuação de palavras, à ortografia e à pronúncia.

Sintetizando: a fonologia estuda os sons, preocupando-se com o significado de cada um e não só com sua estrutura física.

Bom, agora que sabemos que fonética e fonologia são coisas diferentes, precisamos de entender o que é fonema e letra.

Fonema: os fonemas são as menores unidades sonoras da fala. Atenção: estamos falando de menores unidades de som, não de sílabas. Observe a diferença: na palavra pato a primeira sílaba é pa. Porém, o primeiro som é pê (P) e o segundo som é a (A).

Letra: as letras são as menores unidades gráficas de uma palavra.

Sintetizando: na palavra pato, pa- é a primeira sílaba; pê é o primeiro som; e P é a primeira letra.

Agora que já sabemos todas essas diferenciações, vamos entender melhor o que é e como se compõe uma sílaba.

Sílaba: A sílaba é um fonema ou conjunto de fonemas que emitido em um só impulso de voz e que tem como base uma vogal.

A sílabas são classificadas de dois modos:

Classificação quanto ao número de sílabas:

As palavras podem ser:

- Monossílabas: as que têm uma só sílaba (pé, pá, mão, boi, luz, é...)
- Dissílabas: as que têm duas sílabas (café, leite, noites, caí, bota, água...)
- Trissílabas: as que têm três sílabas (caneta, cabeça, saúde, circuito, boneca...)
- Polissílabas: as que têm quatro ou mais sílabas (casamento, jesuíta, irresponsabilidade, paralelepípedo...)

Classificação quanto à tonicidade

As palavras podem ser:

- **Oxítonas**: quando a sílaba tônica é a última (ca-**fé**, ma-ra-cu-**-já**, ra-**paz**, u-ru-**bu**...)
- **Paroxítonas**: quando a sílaba tônica é a penúltima (me-**sa**, sa-bo-**ne-te**, ré-**gua**...)
- **Proparoxítonas**: quando a sílaba tônica é a antepenúltima (sá-**ba-do**, tô-**ni-ca**, his-**tó-ri-co**...)

Lembre-se que:

Tônica: a sílaba mais forte da palavra, que tem autonomia fonética.

Átona: a sílaba mais fraca da palavra, que não tem autonomia fonética.

Na palavra *telefone*: te-, le-, ne- são sílabas átonas, pois são mais fracas, enquanto que fo- é a sílaba tônica, já que é a pronunciada com mais força.

Agora que já sabemos essas classificações básicas, precisamos entender melhor como se dá a divisão silábica das palavras.

Divisão silábica

A divisão silábica é feita pela silabação das palavras, ou seja, pela pronúncia. Sempre que for escrever, use o hífen para separar uma sílaba da outra. Algumas regras devem ser seguidas neste processo:

Não se separa:

- **Ditongo**: encontro de uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (cau-**le**, gai-**o-la**, ba-**lei-a**...)
- **Tritongo**: encontro de uma semivogal, uma vogal e uma semivogal na mesma sílaba (Pa-**ra-guai**, **quais-quer**, a-**ve-ri-guou**...)
- **Dígrafo**: quando duas letras emitem um único som na palavra. Não separamos os dígrafos ch, lh, nh, gu e qu (fa-**cha-da**, co-**-lhei-ta**, fro-**nha**, pe-**-guei**...)
- **Encontros consonantais inseparáveis**: re-**cla-mar**, **psi-có-lo-go**, pa-**-trão**...)

Deve-se separar:

- **Hiatos**: vogais que se encontram, mas estão em sílabas vizinhas (sa-**ú-de**, Sa-**-a-ra**, ví-**-a-mos**...)

- Os **dígrafos** rr, ss, sc, e xc (car-ro, pás-sa-ro, pis-ci-na, ex-ce-ção...)
- **Encontros consonantais separáveis**: in-fec-ção, mag-nó-lia, rit-mo...)

ACENTUAÇÃO E ORTOGRAFIA

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios** e **abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

A acentuação é uma das principais questões relacionadas à Ortografia Oficial, que merece um capítulo a parte. Os acentos utilizados no português são: **acento agudo** (´); **acento grave** (`); **acento circunflexo** (^); **cedilha** (,) e **til** (~).

Depois da reforma do Acordo Ortográfico, a **trema** foi excluída, de modo que ela só é utilizada na grafia de nomes e suas derivações (ex: Müller, mülleriano).

Esses são sinais gráficos que servem para modificar o som de alguma letra, sendo importantes para marcar a sonoridade e a intensidade das sílabas, e para diferenciar palavras que possuem a escrita semelhante.

A sílaba mais intensa da palavra é denominada **sílaba tônica**. A palavra pode ser classificada a partir da localização da sílaba tônica, como mostrado abaixo:

- **OXÍTONA**: a última sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: café)
- **PAROXÍTONA**: a penúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: automóvel)
- **PROPÁROXÍTONA**: a antepenúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: lâmpada)

As demais sílabas, pronunciadas de maneira mais sutil, são denominadas **sílabas átonas**.

Regras fundamentais

CLASSIFICAÇÃO	REGRAS	EXEMPLOS
OXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> • terminadas em A, E, O, EM, seguidas ou não do plural • seguidas de -LO, -LA, -LOS, -LAS 	cipó(s), pé(s), armazém respeitá-la, compô-lo, comprometê-los
PAROXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> • terminadas em I, IS, US, UM, UNS, L, N, X, PS, Ã, ãS, ãO, ãOS • ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não do plural (OBS: Os ditongos “EI” e “OI” perderam o acento com o Novo Acordo Ortográfico) 	táxi, lápis, vírus, fórum, cadáver, tórax, bíceps, ímã, órfão, órgãos, água, mágoa, pônei, ideia, geleia, paranoico, heroico
PROPÁROXÍTONAS	• todas são acentuadas	cólica, analítico, jurídico, hipérbole, último, álbi

Regras especiais

REGRA	EXEMPLOS
Acentua-se quando “I” e “U” tônicos formarem hiato com a vogal anterior, acompanhados ou não de “S”, desde que não sejam seguidos por “NH” OBS: Não serão mais acentuados “I” e “U” tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo	saída, faísca, baú, país feiura, Bocaiuva, Sauípe
Acentua-se a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos “TER” e “VIR” e seus compostos	têm, obtêm, contêm, vêm
Não são acentuados hiatos “OO” e “EE”	leem, voo, enjoo
Não são acentuadas palavras homógrafas OBS: A forma verbal “PÔDE” é uma exceção	pelo, pera, para

MORFOLOGIA: ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

A formação de palavras se dá a partir de processos morfológicos, de modo que as palavras se dividem entre:

- **Palavras primitivas**: são aquelas que não provêm de outra palavra. **Ex:** flor; pedra
- **Palavras derivadas**: são originadas a partir de outras palavras. **Ex:** floricultura; pedrada
- **Palavra simples**: são aquelas que possuem apenas um radical (morfema que contém significado básico da palavra). **Ex:** cabelo; azeite
- **Palavra composta**: são aquelas que possuem dois ou mais radicais. **Ex:** guarda-roupa; couve-flor

Entenda como ocorrem os principais processos de formação de palavras:

Derivação

A formação se dá por derivação quando ocorre a partir de uma palavra simples ou de um único radical, juntando-se afixos.

- **Derivação prefixal**: adiciona-se um afixo anteriormente à palavra ou radical. **Ex:** antebraço (ante + braço) / infeliz (in + feliz)
- **Derivação sufixal**: adiciona-se um afixo ao final da palavra ou radical. **Ex:** friorento (frio + ento) / guloso (gula + oso)
- **Derivação parassintética**: adiciona-se um afixo antes e outro depois da palavra ou radical. **Ex:** esfriar (es + frio + ar) / desgovernado (des + governar + ado)
- **Derivação regressiva (formação de verbal)**: reduz-se a palavra primitiva. **Ex:** boteco (botequim) / ataque (verbo “atacar”)
- **Derivação imprópria (conversão)**: ocorre mudança na classe gramatical, logo, de sentido, da palavra primitiva. **Ex:** jantar (verbo para substantivo) / Oliveira (substantivo comum para substantivo próprio – sobrenomes).

Composição

A formação por composição ocorre quando uma nova palavra se origina da junção de duas ou mais palavras simples ou radicais.

- **Aglutinação:** fusão de duas ou mais palavras simples, de modo que ocorre supressão de fonemas, de modo que os elementos formadores perdem sua identidade ortográfica e fonológica. **Ex:** *aguardente* (água + ardente) / *planalto* (plano + alto)

- **Justaposição:** fusão de duas ou mais palavras simples, mantendo a ortografia e a acentuação presente nos elementos formadores. Em sua maioria, aparecem conectadas com hífen. **Ex:** *beija-flor* / *passatempo*.

Abreviação

Quando a palavra é reduzida para apenas uma parte de sua totalidade, passando a existir como uma palavra autônoma. **Ex:** *foto* (fotografia) / *PUC* (Pontifícia Universidade Católica).

Hibridismo

Quando há junção de palavras simples ou radicais advindos de línguas distintas. **Ex:** *sociologia* (socio – latim + logia – grego) / *binóculo* (bi – grego + oculus – latim).

Combinação

Quando ocorre junção de partes de outras palavras simples ou radicais. **Ex:** *portunhol* (português + espanhol) / *aborrecente* (aborrecer + adolescente).

Intensificação

Quando há a criação de uma nova palavra a partir do alargamento do sufixo de uma palavra existente. Normalmente é feita adicionando o sufixo *-izar*. **Ex:** *inicializar* (em vez de iniciar) / *protocolizar* (em vez de protocolar).

Neologismo

Quando novas palavras surgem devido à necessidade do falante em contextos específicos, podendo ser temporárias ou permanentes. Existem três tipos principais de neologismos:

- **Neologismo semântico:** atribui-se novo significado a uma palavra já existente. **Ex:** *amarelar* (desistir) / *mico* (vergonha)

- **Neologismo sintático:** ocorre a combinação de elementos já existentes no léxico da língua. **Ex:** *dar um bolo* (não comparecer ao compromisso) / *dar a volta por cima* (superar).

- **Neologismo lexical:** criação de uma nova palavra, que tem um novo conceito. **Ex:** *deletar* (apagar) / *escanear* (digitalizar)

Onomatopeia

Quando uma palavra é formada a partir da reprodução aproximada do seu som. **Ex:** *atchim*; *zum-zum*; *tique-taque*.

CLASSES DE PALAVRAS

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

SINTAXE: TERMOS DA ORAÇÃO, PERÍODO COMPOSTO, CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DAS ORAÇÕES

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

CRASE

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

PONTUAÇÃO

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

SEMÂNTICA: A SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS NO TEXTO

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado nos tópicos anteriores

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS, SEUS FINS E PAPEL NA SOCIEDADE OCIDENTAL CONTEMPORÂNEA

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

— Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empiricista e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociólogos da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia (“a turma”) e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

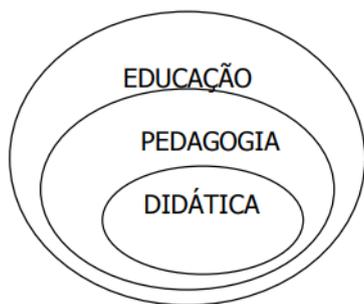
A “turma” é de vital importância para o adolescente que, ao “enturmar-se”, prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um “status” socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando “conceitos humanísticos” que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

— Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

• **Produtos de Aprendizagem**

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

A interpenetração entre saber e conhecimento é o produto da aprendizagem que realmente interessa ao ser humano, ou seja, um produto de aprendizagem que é sistematizado e transformador, ao qual damos o nome de práxis. A **práxis** pode ser definida como a contínua conversão do conhecimento em ação transformadora e da ação transformadora em conhecimento.

A Psicologia tem como objeto o comportamento humano. Para estudá-lo, ela faz recortes, que constituem suas subáreas: ao indivíduo que aprende corresponde a Psicologia de Aprendizagem, ao indivíduo que se desenvolve corresponde a Psicologia do Desenvolvi-

mento, ao indivíduo que se relaciona no grupo, a Psicologia Social, ao indivíduo que se constitui como individualidade, a Psicologia da Personalidade, e assim por diante.

Em cada subárea surgem, evidentemente, várias teorias. Dentre as subáreas de Psicologia, as que têm tido um papel destacado na Educação são: a Psicometria, a Psicologia da Aprendizagem e a Psicologia do Desenvolvimento.

Voltando-se a afirmativa de que a Didática tem por função primordial, levar o educando a aprender, não podemos desvincular de sua estrutura o auxílio da ciência psicológica, pois na medida em que aplica as formulações científicas fornecidas por esta ciência, responde à perguntas como:

- Quem Aprende?
- Como Aprende?

Por meio dos conhecimentos psicológicos, que diferem e caracterizam o sujeito que aprende e os processos ou formas de aprendizagem é que a didática pode formular princípios, indicar normas convenientes de ensino, sugerir meios adequados para uma orientação realmente eficiente da aprendizagem.

Do ponto de vista psicológico, os determinantes mais significativos no campo educacional, estão relacionados as diferenças de personalidade, quer no aspecto de diferenças de inteligência, quer nas diferenças estruturais de própria personalidade.

Caso o professor deseje ser um educador e não apenas um instrutor, sua tarefa se centralizará no aluno e para tal, é indispensável o seu conhecimento. De maneira geral, as contribuições da escola no desenvolvimento da personalidade podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

- Atividades de grupo dão aos alunos a oportunidade de contribuir e de se sentirem aprovados;
- O sociograma pode auxiliar o professor a colocar um aluno junto aquele de quem gosta, dando-lhe apoio emocional;
- O professor pode diminuir a competição;
- Unidades de programas voltadas para problemas de relações sociais ajudam os alunos inibidos e inexperientes a saber como prosseguir;
- Como lidar com as diferenças individuais;
- Permitir que o aluno discuta suas hipóteses e orientá-lo para a escolha de soluções que levem ao desenvolvimento harmonioso de sua personalidade.

É preciso lembrar, no entanto, que a aprendizagem é um processo que ocorre no aluno, é um processo pessoal, logo, se não conhecemos este aluno e a maneira como este processo se desenvolve, não pode haver ensino eficiente, com economia de tempo e esforço e elevação na produtividade.

Daí o fato de se enfatizar o “como se aprende” o “onde se passa esta aprendizagem”. Os produtos da aprendizagem serão consequências e não causa do ensino. Há necessidade de o professor conhecer o seu aluno como um todo, para que a aprendizagem valorize o aluno como centro de ensino.

As situações de classe são extremamente complexas e é tarefa do psicólogo analisá-las e tratar de compreender não só os princípios de aprendizagem, mas as motivações que as determinam. Seria interessante que o professor levasse o aluno a perceber que ele próprio é um estímulo.

Sara Pain afirma que só aprendo quando alguém primeiro me olha, reconhece-me como sujeito desejante e depois se volta para o conhecimento. Quando o professor dirigir o seu olhar para o conhecimento, o olhar de quem vai aprender também se volta para lá.

O primeiro passo para que alguém aprenda é que ele seja reconhecido por um outro, do ponto de vista da identidade pessoal e da possibilidade de interação cognitiva. Esses dois, quem aprende e quem ensina, visam a explicar a realidade, explicar para transformá-la. Mas a realidade não é atingida diretamente pelo aluno com o professor.

Entre eles, há sistemas de valores, uma cultura, uma rede de significados. O professor e o aluno só vão abordar da realidade aquilo que é considerado como valor; esse sistema de valores é que determina a ciência. Além disso, o trânsito entre o sujeito epistêmico desejante e a realidade se faz através da linguagem.

A linguagem é o veículo da aprendizagem. A linguagem, tanto das palavras, quanto a linguagem de percepção e a linguagem dos movimentos.

As relações entre a Psicologia e a Educação, não são relações de uma ciência normativa e de uma ciência ou de uma arte aplicadas. Isto é, não cabe à Psicologia normatizar a ação pedagógica e nem é a ação pedagógica uma aplicação da Psicologia. A Psicologia deve, antes, compreender as condições e motivos que constituem a conduta do indivíduo na instituição escolar em sua especificidade.

Para conhecer a criança, diz-nos Wallon (1975, p. 20), é “indispensável observá-la nos seus diferentes campos e nos diferentes exercícios de sua atividade quotidiana e na escola em particular”.

Continua Wallon (1975, p. 48), muitas das inaptidões dos alunos se devem a uma ruptura na cadeia dos significados, cabendo ao professor identificar quais as categorias de pensamento que faltam à criança e encaminhar sua ação no sentido de criá-las.

O estudo da Psicologia Educacional não se destina a proporcionar fórmulas de comportamento ou receitas específicas para males pedagógicos. É mais realístico esperar que ele permita melhores perspectivas sobre os processos psicológicos implicados na educação. A psicologia educacional proporciona ao professor um esquema de referências que lhe permitem exercer suas funções mais adequadamente.

— Fundamentos Filosóficos

Para educarmos os homens de um modo sensato e esclarecido, convém saber no que queremos que eles se tornem quando os educamos. E para sabê-lo é necessário indagar para que vivem os homens - ou seja, investigar qual pode ser a finalidade da vida e o que ela deve ser.

Portanto, devemos inquirir sobre a natureza do mundo e os limites que este fixa para o que o homem pode saber e fazer. A natureza humana, a boa vida e o lugar do homem no esquema das coisas estão entre os tópicos perenes de Filosofia.

Refletindo sobre o significado da educação para a vida humana, teremos de, mais cedo ou mais tarde, considerar filosoficamente a educação. O que é, pois, a Filosofia e qual a sua contribuição para a educação?

A Filosofia é a tentativa para pensar do modo mais genérico e sistemático em tudo o que existe no universo, no “todo da realidade”. Aí, temos a Filosofia como especulação - seu aspecto contemplativo e conjetural.

Outros dois aspectos são prescritivo e o crítico. O primeiro quando recomenda (prescreve) valores e ideias. Examina o que entendemos por bom e mau, certo e errado, belo e feio. Analisa se essas qualidades são inerentes às próprias coisas ou se são, simplesmente, projeções das nossas próprias mentes.

O outro aspecto concerne a crítica e à análise. O filósofo aí, analisa conceitos tais como mente, eu e causa - e, na educação, motivação, adaptação e interesse a fim de descobrir seu significado em diferentes contextos.

• **Aplicações da Filosofia à Educação**

Como a Filosofia Formal se relaciona com a educação e a Filosofia Educacional? Como as diversas categorias da Filosofia Formal podem ser úteis ao pensamento que se dedica a questões educacionais? Para isto, teremos que considerar o significado de Educação.

A educação pode ser considerada em dois sentidos: um lato, o outro técnico. Em sua acepção lata, a educação diz respeito a qualquer ato ou experiência que tenha um efeito formativo sobre a mente, o caráter ou a capacidade física de um indivíduo. Neste sentido, a educação nunca termina; verdadeiramente, “aprendemos pela experiência” ao longo de nossa vida.

Todas as espécies de experiência podem ser educativas - desde a leitura de um livro até uma viagem ao estrangeiro, desde as opiniões das pessoas nossas conhecidas até a possibilidade de surpreendermos um comentário, no burburinho de um bar. Na sua acepção técnica, a educação é o processo pelo qual a sociedade, por intermédio de escolas, ginásios, colégios, universidades e outras instituições, deliberadamente transmite sua herança cultural - seus conhecimentos, valores e dotes acumulados - de uma geração para outra.

Devemos igualmente distinguir entre educação como um produto e como um processo. Como um produto, a educação é o que recebemos através da instrução ou aprendizagem - os conhecimentos, ideais e técnicas que nos ensinam. Como processo, a educação é o ato de educar alguém ou de nos educarmos.

Examinemos agora as definições de educação por três especialistas, as quais diferem mutuamente e também da que por nós foi proposta. Herman Horne, um idealista, escreve: “A educação é o processo externo de adaptação superior do ser humano, física e mentalmente desenvolvido, livre e consciente, a Deus, tal como se manifestou no meio intelectual, emocional e volitivo do homem”.

John Dewey, um pragmático, declara: “A educação pode ser definida como um processo de contínua reconstrução da experiência, com o propósito de ampliar e aprofundar o seu conteúdo social, enquanto, ao mesmo tempo, o indivíduo ganha o controle dos métodos envolvidos”.

De acordo com o Papa Pio XI: “A educação consiste, essencialmente, em preparar o homem para o que deve ser e para o que deve fazer aqui na Terra, a fim de atingir o fim sublime para que foi criado”.

O assunto da educação é o homem global e inteiro, alma unida ao corpo em unidade da natureza, com todas as suas faculdades naturais e sobrenaturais, tal como a razão justa e a revelação lhe mostraram que fosse

Assim, diferentes Filosofias fornecem diferentes definições da educação. Qual é a natureza da Filosofia educacional que toma possíveis semelhantes diferenças?

• **O Âmbito da Filosofia Educacional**

Assim como a Filosofia geral procura entender a realidade como um todo, explicando-a da maneira mais genérica e sistemática, assim a Filosofia educacional procura também compreender a educação, na sua integridade, interpretando-a por meio de conceitos gerais suscetíveis de orientarem a escolha de objetivos e

diretrizes educativas. Do mesmo modo que a Filosofia geral coordena as descobertas e conclusões das diversas ciências, a Filosofia educacional interpreta-as na medida em que se relacionem com a educação.

As teorias científicas não comportam em si mesmas inequívocas implicações educacionais; não podem ser aplicadas diretamente. Um motivo para isso é que os cientistas nem sempre concordam entre si sobre o que constitui um conhecimento definitivo. Não existe, por exemplo, uma teoria de aprendizagem geralmente aceita.

Outro motivo é que, ao selecionar objetivos e diretrizes educativas, temos de formular juízos de valor, de decidir, entre uma quantidade de fins e meios possíveis, quais os que deveremos adotar. Como já vimos, a ciência não pode tomar por nós tais decisões, se bem que possa fornecer muitos dos fatos em que as nossas decisões se baseiam. Esses juízos têm de ser elaborados dentro do quadro de uma Filosofia que pessoalmente aceitamos.

A Filosofia educacional depende da Filosofia formal porque quase todos os grandes problemas da educação são, no fundo, problemas filosóficos. Não podemos criticar os ideais e as diretrizes educacionais existentes, nem sugerir novos, sem atendermos a problemas filosóficos de ordem geral, tais como a natureza do próprio homem, que é um dos alvos da educação; a natureza do próprio homem, porque é o homem que estamos educando; a natureza da sociedade, porque a educação é um processo social; e a natureza da realidade suprema, que todo o conhecimento procura penetrar.

A Filosofia educacional, portanto, envolve a aplicação da Filosofia formal ao campo da educação. Tal como a Filosofia geral, ela é especulativa, prescritiva e crítica ou analítica.

A Filosofia educacional é especulativa quando procura estabelecer teorias da natureza do homem, sociedade e mundo, por meio das quais ordene e interprete os dados conflitantes da pesquisa educacional e das ciências humanas. O filósofo educacional pode estabelecer tais teorias deduzindo-as da Filosofia formal e aplicando-as à educação, ou, então, passando dos problemas particulares da educação para um esquema filosófico capaz de resolvê-los.

Seja qual for o método que siga, permanece o fato de que a educação suscita uma série de problemas que nem ela nem a ciência podem resolver sozinhas, pois são meros exemplos das questões que perenemente se repetem na própria Filosofia.

Uma Filosofia da educação é prescrita quando especifica os fins a que a educação deve obedecer e os meios gerais que deve usar para atingi-los. Define e explica os fins e os meios existentes do nosso sistema educativo e sugere novos meios e fins para devida consideração.

Para um tal propósito, os “fatos”, mesmo quando definitivos, não podem ser suficientes. Os fatos apenas indicam, com maior ou menor rigor, as consequências de adotarmos certas diretrizes. Não nos dizem se tais orientações são desejáveis ou, sendo desejáveis, se justificam o abandono de outras diretrizes.

Tanto as finalidades da educação como quaisquer de seus meios, excetuando os mais particulares, não podem ser estabelecidos mediante critérios considerados válidos unicamente para a educação, visto que, como disciplina, a educação não pode ficar sozinha. Com efeito, sem recorreremos à Filosofia Política, como poderemos inteligentemente discutir a questão de saber se a escola deve ou não praticar a democracia na administração e no governo dos estudantes? Ou, sem referência à Filosofia Social, como pode-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor do Ensino Fundamental (anos iniciais)

A PROFISSÃO DOCENTE COM CENTRALIDADE NA EDUCAÇÃO

Uma Abordagem sobre o Papel do Professor¹

A inquietação acerca do papel do professor e da atuação da escola frente à formação do educando no processo de ensino e aprendizagem vem, ao longo tempo, gerando estudos entre os pesquisadores com o objetivo de ressaltar-se a importância do professor na prática educativa, assim como sua atuação que deve estar voltada para a produção do conhecimento do aluno. Não existe quem ensina ou quem aprende, mas quem aprende a aprender.

Considerando-se a escola como o espaço onde acontece a intervenção pedagógica, e o professor mediador da formação do aluno, percebe-se a necessidade de se estabelecer um diálogo entre esses segmentos, objetivando adequar o conhecimento difundido no contexto escolar às práticas sociais. O professor deve atuar comprometido com essa difusão do conhecimento, mas sempre voltado à pesquisa, socializando suas buscas e experiências durante a prática educativa, para a melhoria da qualidade de ensino.

Na realidade, o professor é consciente de como é importante sua atuação na formação de pensadores, contudo o programa curricular preestabelecido pela escola tem o propósito de preparar o aluno para ingressar numa universidade. Com isso o professor não tem a liberdade ou o apoio para conduzir suas aulas, então o ensino volta-se para a transmissão de conteúdos e os alunos permanecem no papel de repetidores.

Observa-se que a responsabilidade de educar, hoje, recai tão somente sobre a escola, especialmente sobre a figura do professor. Contudo, o ato de educar compete a todas as instituições sociais comprometidas com o desenvolvimento do país, principalmente a família - uma das instituições mais antigas - deve ter sua coparticipação junto à escola, uma vez que é ela que compete a transmissão de valores morais. Essa parceria deve visar à formação do educando, a fim de que este exerça sua autonomia e liberdade frente às suas atividades no contexto escolar e no seu convívio em sociedade.

Dessa forma, falar do papel do professor no processo ensino e aprendizagem é mostrar como deve ser permeada sua prática, para que esta não seja como um mero transmissor de informações, mas como um gerenciador do conhecimento, valorizando a experiência e o conhecimento internalizado de seu aluno na busca de sua formação como pessoa capaz de pensar, criar e viver o novo, assim como da formação de sua cidadania.

O papel do Professor no Processo de Ensino e Aprendizagem

Durante muito tempo a prática educativa era centrada no professor. Este repassava os conteúdos, os alunos absorviam ou memorizavam sem qualquer reflexão ou indagação. Ao final, o

conteúdo era cobrado em forma de uma avaliação. Esse tipo de informação, repassada e memorizada, destoa completamente da proposta de um novo ensino na busca da produção do conhecimento. Essa prática pedagógica em nada contribui para o aspecto cognitivo do aluno.

Hoje, não se pede um professor que seja mero transmissor de informações, ou que aprende no ambiente acadêmico o que vai ser ensinado aos alunos, mas um professor que produza o conhecimento em sintonia com o aluno.

Não é suficiente que ele saiba o conteúdo de sua disciplina, ele precisa não só interagir com outras disciplinas, como também conhecer o aluno. Conhecer o aluno faz parte do papel desempenhado pelo professor pelo fato de que ele necessita saber o que ensinar, para que e para quem, ou seja, como o aluno vai utilizar o que aprendeu na escola em sua prática social.

Dessa forma, Libâneo² afirma que o professor medeia à relação ativa do aluno com a matéria, inclusive com os conteúdos próprios de sua disciplina, mas considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno traz à sala de aula, seu potencial cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar, seu modo de trabalhar. Nesse sentido o conhecimento de mundo ou o conhecimento prévio do aluno tem de ser respeitado, explorando e ampliado.

Ensinar bem não significa repassar os conteúdos, mas levar o aluno a pensar, criticar. Percebe-se que o professor tem a responsabilidade de preparar o aluno para se tornar um cidadão ativo dentro da sociedade, apto a questionar, debater e romper paradigmas. Cury³ afirma que a exposição interrogada gera a dúvida, a dúvida gera o estresse positivo, e este estresse abre as janelas da inteligência. Assim formamos pensadores, e não repetidores de informações.

A dúvida nessa exposição é um aspecto positivo, pois gera a curiosidade, levando o aluno a refletir e buscar respostas. O autor citado enfatiza que a exposição interrogada transforma a informação em conhecimento e esse conhecimento, em experiência e o melhor, o professor não mais é persuasivo, ou o que convence, mas o que provoca e estimula a inteligência. Diante disso, ele desempenha, no processo de ensino e aprendizagem, o papel de gerenciador e não de detentor do conhecimento.

Numa sociedade que está sempre em transformação, o professor contribui com seu conhecimento e sua experiência, tornando o aluno crítico e criativo. Deve estar voltado ao ensino dialógico, uma vez que os seres humanos aprendem interagindo com os outros. É o processo aprender a aprender. O professor deve provocar o aluno passivo para que se torne num aluno sujeito da ação.

2 LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

3 CURY, A. J. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

1 <https://www.inesul.edu.br>

A Lei nº 9.394/96 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, decretando a todo cidadão o direito a educação, abrangendo processos formativos que se desenvolvem desde a família às manifestações culturais. Esta Lei disciplina que a educação escolar se desenvolva por meio do ensino em instituições próprias, mas devendo vincular-se ao mundo do trabalho e às práticas sociais.

Dessa forma, no artigo 13 da LDB, que tem como título “Da Organização da Educação Nacional”, trata-se sobre as funções do professor, como sendo:

- a) Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- b) Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- c) Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- d) Estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- e) Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- f) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Percebe-se que o papel do professor, segundo a LDB, é mais do que transmitir informações, *em uma gestão democrática, ele deve participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, como também estabelecer os objetivos, as metas a serem alcançadas*, uma vez que é ele que tem maior contato com o aluno e é de sua responsabilidade a construção de uma educação cidadã. O artigo também fala com relevância sobre o que o professor deve priorizar em relação à aprendizagem do aluno, buscando meios que venham favorecer aqueles que apresentam dificuldades durante o processo. É importante que o professor participe das atividades da escola em conjunto com as famílias dos alunos e a comunidade.

Por isso, na sua prática pedagógica, o professor não pode ser omisso diante dos fatos sócio históricos locais e mundiais, e precisa entender não apenas de sua disciplina, mas também como de política, ética, família, para que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivado na sua plenitude dentro da realidade do aluno.

Reforça Cury⁴ que os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, e sim por seres humanos.

Conclui-se com essa afirmação que o professor é a alma do estabelecimento de ensino. Ele tem a tarefa importante de formar cidadãos e de desenvolver neles a capacidade crítica da realidade, para que possam utilizar o que aprenderam na escola em diversas situações e/ou lugares.

Se os professores entrassem nos mundos que existem na distração dos seus alunos, eles ensinariam melhor. Tornar-se-iam companheiros de sonho e invenção. Muitas vezes a distração dos alunos leva-os para outro mundo fora da sala de aula, mas a um mundo de criações, de sonhos, de desejos de realização de algo que permeia sua vida. É importante o professor conhecer o mundo do aluno para dar significado à sua prática educativa. Pois a realização

4 CURY, A. J. *Pais brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

desta se dá quando existe o processo de compreensão professor-aluno, aluno-professor. Essa compreensão está no sentido de que ambos caminham juntos na produção do conhecimento.

Zagury⁵ afirma que o professor precisa mostrar a beleza e o poder das ideias, mesmo que use apenas os recursos de que dispõe: quadro-negro e giz. Observa-se nessa afirmação que a aula pode ser bem positiva e agradável, sem os grandes recursos que permeiam todas as atividades humanas e em todos os lugares: os recursos tecnológicos.

Antes de qualquer decisão acerca da educação, é preciso ouvir o professor. É ele que acompanha o aluno, medeia o conhecimento, faz parte do processo pedagógico efetivamente. É ele que enfrenta as dificuldades de aprendizagem do aluno, as carências afetivas destes, e principalmente sabe como adequar os conhecimentos prévios dos educandos aos conteúdos curriculares da escola. Nesse sentido, o professor precisa também sentir-se motivado a caminhar frente às exigências da sociedade. Apoiá-lo nas decisões do que é melhor para o aluno e escutá-lo por sua vez, porque é com ele que o aluno passa o tempo em que está na escola. E o educando precisa ter consciência de sua responsabilidade, respeitando as exigências da escola.

O Papel da Escola

Sabe-se que a escola não é responsável sozinha pelas transformações sociais, porém é nela que acontece a intervenção pedagógica, resultando no processo de ensino e aprendizagem. É preciso então, que ela tenha consciência da sua importância para desenvolver no educando a formação crítica e dar condições para que ele possa participar das decisões da sua comunidade local ou mundial.

A escola, enquanto instituição social, é um dos espaços privilegiados de formação e informação, em que a aprendizagem dos conteúdos deve estar em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico. Ou seja, deve estar relacionada ao cotidiano dos alunos, desde o aspecto local ao global.

Diante disso, a escola deve deixar de ser uma agência transmissora de informações e transformar-se num lugar onde a informação seja produzida e o conhecimento seja significativo. O educando afirma sua identidade através do conhecimento e competências adquiridos na escola.

Segundo Libâneo⁶ a formação de atitudes e valores, perpassando as atividades de ensino, adquire, portanto, um peso substantivo na educação escolar, por que se a escola silencia valores, abre espaço para os valores dominantes no âmbito social.

Dessa forma, a escola, diante das transformações que ocorrem no mundo, não pode deixar de recolocar valores humanos fundamentais como o reconhecimento da diversidade e das diferenças, da justiça, assim como o respeito à vida como suporte de convicções.

A escola não é a que detém o saber, mas é a responsável por preparar o aluno para as exigências postas pela sociedade. Ela não deve resumir-se ao papel de repassar conteúdos que não estejam

5 ZAGURY, T. *Fala mestre*. In: NOVA ESCOLA, nº 192, p.20-22, maio, 2006.

6 LIBÂNEO, J. C. *Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

norteados com a realidade do aluno, como num processo “bancário”, ou seja, o acúmulo de conhecimento que o educando não sabe mobilizar quando sai da escola, frente as suas aspirações pessoais.

A escola brasileira, hoje, encontra-se voltada para conteúdos que vão ajudar o aluno a ingressar numa universidade ou no campo de trabalho, pois os professores precisam cumprir um programa preestabelecido pela instituição como um fim, e não como um meio para a aquisição do conhecimento ou a informação da cidadania do aluno.

Charlot⁷ afirma “a escola ideal é aquela que faz sentido para todos e na qual o saber é fonte de prazer”, assim, a escola que se deseja é a que promova saberes que o aluno entenda.

Um recurso importante que provoca interesse no aluno, hoje é o computador. O que se pode perceber são alunos querendo aulas diferentes utilizando esse recurso, porém com o objetivo de conversar com pessoas pela internet, e não para pesquisar. A escola precisa conscientizar o aluno que pode usar esse recurso nas aulas, mas deve orientá-los para a pesquisa.

De acordo com os PCNs⁸ é importante a contextualização no currículo como forma de facilitar a aplicação da experiência escolar para a compreensão de experiência pessoal em níveis sistemáticos e abstratos e o aproveitamento de experiência pessoal para facilitar a concretização dos conhecimentos que a escola trabalha. A contextualização, nesse sentido é utilizada como um recurso pedagógico para a constituição do conhecimento; é um processo contínuo de habilidades intelectuais superiores.

A aprendizagem contextualizada em relação ao conteúdo busca desenvolver o pensamento mais elevado, não apenas a aquisição de fatos independentes da vida real. No processo, a aprendizagem é sociointerativa, envolve os valores, as relações de poder e o significado do conteúdo entre os alunos envolvidos. No contexto, propõe-se não apenas trazer o real para a sala de aula, mas criar condições para que os alunos revejam os eventos da vida real numa outra perspectiva.

De acordo com o Art. 9º do referido Parecer, na observância da Contextualização, as escolas terão presente que:

a) Na situação de ensino e aprendizagem, o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido, e por causa desta transposição didática deve ser relacionado com a prática ou a experiência do aluno a fim de adquirir significado;

b) A relação entre teoria e prática requer concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania;

c) A aplicação de conhecimentos constituídos na escola às situações da vida cotidiana e da experiência espontânea permite seu entendimento, crítica e revisão.

Diante desse relato, a escola deve trabalhar de forma que adapte os conteúdos à realidade e à diversidade de cultural, e que a teoria e a prática estejam em consonância com as situações vividas

7 CHARLOT, Bernard. *Fala mestre*. In: NOVA ESCOLA, nº 196, p.15-18, outubro, 2006.

8 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Ensino Médio. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1999.

pelos alunos. É fundamental que ela ofereça condições e liberdade ao professor para que ele possa desenvolver um bom trabalho frente ao aluno, visando a sua aprendizagem como cidadão e como ser capaz de realizar tarefas em sociedade, uma vez que a aprendizagem é um processo contínuo e inacabado e não um fim com o objetivo de formar apenas profissionais para o campo de trabalho.

Hoje, ainda se observa que a responsabilidade de formar e informar incide sobre o professor. Quando ele realiza uma estratégia diferente para repassar os conteúdos, outros segmentos da escola questionam se o tempo é suficiente para atingir toda a programação. No entanto o compromisso da escola deve ser com o conhecimento do aluno, como ele se dá, e não com a transmissão de conteúdos programados previamente sem a análise das necessidades do educando.

O professor precisa de liberdade e autonomia para lidar com os conteúdos que vão provocar a inquietação do aluno. Para isso, a escola deve contribuir oferecendo-lhe condições para atuar, apoiando-o nas suas ideias com o mesmo objetivo de formar pessoas que podem mudar toda uma nação. Muito mais que ensinar conteúdos, a escola tem a responsabilidade de contribuir para a construção da cidadania e o respeito às diversidades.

A Relevante Participação da Família no Contexto Escolar

A relação família e escola é inerente ao processo educativo. A família sofre influências externas no convívio com a comunidade sendo relevante no processo educacional. Pode-se afirmar que os valores morais que são orientados pela família fazem com que os educandos reconheçam a escola como espaço de exercício de cidadania, com direitos, deveres, normas e regras, uma vez que as instituições escola e família têm objetivos comuns, no sentido de formação do caráter, de construção de conhecimento e de autoafirmação de cada um deles.

Algumas vezes a família não tem consciência da importância de seu apoio junto à instituição escolar do filho. No entanto, a participação efetiva daquela na educação da criança é essencial para que esta consiga atingir seu objetivo. A família é o suporte para que a educação da criança prevaleça na sua vida escolar. Diante disso, o acompanhamento de perto do que se desenvolve é fundamental no processo de aprendizagem, uma vez que não envolve apenas o aspecto cognitivo do educando, mas a formação de pessoas como seres constituintes de uma sociedade de valores morais e éticos.

Embora a escola tenha objetivos peculiares na formação do educando, como a produção de conhecimento e sua visão crítica da realidade e do mundo, não significa que ela não deva se preocupar com o desenvolvimento afetivo e as relações desenvolvidas pelos alunos - apenas tem critérios diferentes. No entanto a família precisa conscientizar-se do seu papel no processo de criação da criança, não responsabilizando unicamente a escola por essa função.

Para corroborar com a ideia acima Chalita⁹ diz que por melhor que seja a escola, por mais bem preparados que estejam seus professores, nunca vai suprir a carência deixada por uma família ausente”.

É preciso também que a sociedade, não apenas os setores ligados à educação, promova ações relacionadas ao cotidiano, para que a família compreenda os objetivos traçados pela escola, assim como a sua corresponsabilidade no processo educativo.

9 CHALITA, G. *Educação: A solução está no afeto*. 12ªed. São Paulo: Gente, 2004.

Para Chalita¹⁰ a família tem a responsabilidade de formar o caráter, educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais, sendo fundamental que o educando tenha valores constituídos na família, para que junto à escola ele possa ampliar outros valores, respeitando e contribuindo para a realização do processo educativo.

Considerando que a escola deve trabalhar com o conhecimento prévio e a experiência do aluno, a família precisa contribuir no processo, educando, assumindo responsabilidades e atuando em parceria com a escola, ressaltando que cada uma das partes deve preservar suas características próprias.

Essa ação conjunta facilitará a adaptação do educando no espaço escolar e sua relação com a aprendizagem, possibilitando uma educação satisfatória. Pode-se perceber que a escola e a família devem buscar parcerias, de forma que os educandos tenham oportunidades de construir um perfil de pessoa capaz de viver e conviver em situações novas e prazerosas para eles.

O DIREITO À EDUCAÇÃO: A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Didático-Pedagógicos

PROPOSTA CURRICULAR CBC (CONTEÚDOS BÁSICOS CURRICULARES) – CICLO DA ALFABETIZAÇÃO E CICLO COMPLEMENTAR

A Proposta Curricular CBC da Bahia abrange o Ciclo da Alfabetização e o Ciclo Complementar, visando garantir uma base sólida para a aprendizagem dos alunos do ensino fundamental. Esses ciclos são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. A seguir, detalhamos os principais conteúdos e objetivos de cada ciclo.

Ciclo da Alfabetização (1º ao 3º ano)

Objetivos Gerais:

- Desenvolver a capacidade de leitura e escrita.
- Promover a compreensão e produção de textos.
- Estimular o pensamento lógico-matemático.
- Desenvolver habilidades socioemocionais e de convivência.

Conteúdos Básicos:

1. Linguagem Oral e Escrita:

- Leitura: Identificação de letras, sílabas e palavras; compreensão de textos simples; leitura de palavras e frases.
- Escrita: Escrita de letras, sílabas e palavras; produção de frases e textos curtos; ortografia básica.
- Produção Textual: Criação de textos narrativos, descritivos e informativos curtos; organização de ideias.
- Oralidade: Expressão oral clara; participação em conversas e debates; narrativas orais.

Matemática:

- Números e Operações: Reconhecimento e escrita de números; contagem; adição e subtração simples.
- Espaço e Forma: Identificação de formas geométricas; noções de espaço; orientação espacial.
- Grandezas e Medidas: Medição de comprimento, massa e volume; noções de tempo; uso de instrumentos de medida.
- Tratamento da Informação: Leitura e interpretação de gráficos simples; coleta de dados.

Ciências da Natureza:

- Seres Vivos: Características dos seres vivos; plantas e animais; necessidades básicas.
- Meio Ambiente: Importância da preservação ambiental; cuidados com a natureza.
- Corpo Humano e Saúde: Partes do corpo; higiene pessoal; alimentação saudável.
- Fenômenos Naturais: Observação e descrição de fenômenos naturais simples.

História e Geografia:

- História: Noções básicas de passado, presente e futuro; eventos importantes da comunidade e do país.
- Geografia: Localização e características do lugar onde vivem; noções de mapas e orientação.

Arte:

- Artes Visuais: Desenho, pintura e modelagem; apreciação de obras de arte.
- Música: Sons e ritmos; prática de canções simples.
- Teatro e Dança: Expressão corporal; dramatizações e danças simples.

Educação Física:

- Movimento e Coordenação: Atividades que desenvolvam a coordenação motora; brincadeiras e jogos.
- Esporte e Lazer: Participação em atividades esportivas e recreativas.

Ciclo Complementar (4º e 5º ano)

Objetivos Gerais:

- Consolidar a leitura e a escrita.
- Ampliar o raciocínio lógico-matemático.
- Desenvolver a capacidade de análise e interpretação.
- Estimular a autonomia e a responsabilidade social.

Conteúdos Básicos:

Linguagem Oral e Escrita:

- Leitura: Leitura fluente e crítica de textos variados; interpretação de textos.
- Escrita: Produção de textos mais elaborados; ortografia gramática.
- Produção Textual: Escrita de narrativas, descrições, cartas, e textos expositivos.
- Oralidade: Participação em debates e apresentações; narração de histórias com estrutura mais complexa.

10 *Idem* 10.